

ANC 88
 Pasta Outubro/86
 066

Partidos vão indicar os seus constituintes

BRASÍLIA
 AGÊNCIA ESTADO

Ninguém acredita que no próximo ano todos os 559 constituintes — 487 deputados e 72 senadores, incluídos os primeiros representantes do Distrito Federal e os senadores com mais quatro anos de mandato — irão atuar, em regime de dedicação exclusiva e tempo integral, no trabalho de elaborar a nova Constituição.

Deverá ser criada a Grande Comissão, com participantes indicados pelos próprios partidos. Será eleito o presidente e indicados o relator geral e os relatores parciais. A Grande Comissão será o fórum constituinte, recebendo, examinando, discutindo e votando propostas para a nova Carta, abrindo caminho ao debate no plenário. Seus integrantes, na prática, serão os verdadeiros constituintes. Os que ficarem de fora terão de procurar o que fazer. A melhor terapia ocupacional os próprios políticos já descobriram: os microfones da Câmara e do Senado. O pinga-fogo continuará correndo paralelo à difícil e importante missão de preparar a nova Constituição.

Dificilmente Ulysses Guimarães, Pimenta da Veiga, Fernando Henrique Cardoso e outros vão conseguir criar a Comissão Representativa, de deputados e senadores, para atuar com atribuições de Poder Legislativo ordinário (Câmara e Senado), durante todo o período de funcionamento da Assembleia Constituinte. Pelo que se observa, o Congresso deverá funcionar simultaneamente com a Assembleia Constituinte.

A opinião pública, por obra e graça dos próprios candidatos à Constituinte, não se deu conta do que vai acontecer a partir de 1º de fevereiro de 1987. A discussão nacional está-se travando muito mais sobre candidatos a governador.

Poucos se preocupam em dizer ao eleitor por que são candidatos à Constituinte. Depois muitos deles vão queixar-se de pressões das ruas na cobrança de promessas. Os de Brasília, por exemplo, estão prometendo não deixar uma única rua das cidades-satélites sem água, luz e esgoto e nenhuma criança sem escola.

Na atual campanha o interesse popular foi habilmente dirigido para as eleições de governador. As pesquisas eleitorais seguem o mesmo rumo. Constituinte e Constituição são temas elitistas, para resolver depois de cada um abraçar e dar tapinhas nas costas do governador eleito.

Com a campanha destacando o pleito de governador, os candidatos à Constituinte dão a impressão, em todo o País, de que pretendem atuar mais como parlamentares — deputado e senador. E eles, infelizmente, estão certos. Não haverá meios de evitar o trabalho simultâneo da Constituinte e do Congresso. Nem in-

teresse da maioria em transformar em realidade o dispositivo constitucional da emenda que convocou a Constituinte.

O assunto só começará a ser examinado nos meios políticos alguns dias após o 15 de novembro. No momento ninguém sabe o que fazer e como fazer. A única providência já acertada, e assim mesmo em princípio, é o horário da sessão de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1º de fevereiro — 15 horas. Essa sessão será presidida pelo ministro Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal. Ele dirigirá a sessão de eleição do presidente da Constituinte. Depois disso, não se sabe, até agora, o próximo passo.

As lideranças terão de se movimentar, preparando o regimento interno da Constituinte para disciplinar os trabalhos. A Grande Comissão constitucional deverá surgir dessa iniciativa. Serão fundamentais as escolhas do presidente, do relator geral, dos relatores parciais e dos próprios integrantes dessa comissão.

Em 1986, quando o Congresso discutiu e votou sob pressão a proposta de emenda constitucional do presidente Castello Branco, até o tempo teve de ser parado, evitando-se a aprovação do emenda do Planalto na íntegra, por decurso de prazo. Em 1987 não haverá proposta do Palácio do Planalto, nem relógios sendo desligados. A pressão será do lado de fora mesmo.

Os constituintes, por isso mesmo, não querem abrir mão do pinga-fogo na Câmara e no Senado. Eles querem ter a válvula de escape para discursar sobre sugestões da sociedade e sobre suas próprias sugestões. Muitos acompanharão o trabalho da Grande Comissão para levar ao pinga-fogo o que está acontecendo, dando satisfações ao eleitorado.

Por tudo isso, poucos duvidam de que no próximo ano a Câmara e o Senado deverão funcionar quase normalmente, apesar das preocupações de Ulysses Guimarães. Nos dias 1º e 2 de fevereiro — está escrito —, haverá eleições para as Mesas Diretoras da Câmara e do Senado. A atual Constituição continuará prevalecendo até a promulgação da nova Carta. O texto constitucional vigente determina a eleição e posse dos parlamentares eleitos a partir de 1º de fevereiro. A mesma data foi adotada pela emenda que convocou a Assembleia Nacional Constituinte à sua instalação.

Se em 1986 Auro de Moura Andrade parou o relógio para votar, em tempo e hora, a reforma da Constituição, os futuros presidentes da Constituinte, da Câmara e do Senado terão de ajustar seus relógios. Cada Câmara funcionará em horário distinto. Possivelmente todos se acertarão nos diferentes horários.

F.M.

Flamini
 Mozzini